

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da
cerimónia do Dia Internacional da Mulher**

Museu Militar, Lisboa, 03 de março de 2020

É com muito prazer que associamos a Defesa Nacional às comemorações do Dia Internacional da Mulher. Esta efeméride permanece absolutamente atual e útil para nos ajudar a manter o nosso olhar sobre os ganhos imensos que a sociedade portuguesa já alcançou ao longo das últimas décadas, e, ainda mais importante, para nos encorajar a continuar na construção de uma sociedade mais igualitária, mais democrática e mais inclusiva – e por isso, com plena participação das mulheres.

Pessoalmente, é com muito empenho que tenho participado na edificação de instrumentos mais robustos que promovam a igualdade entre homens e mulheres na Defesa Nacional. Estou convencido que apenas com o empenho das lideranças, na sua maioria ainda masculinas, poderemos ambicionar a abertura das Forças Armadas à presença de mulheres, em cada vez maior número, e em funções cada vez mais variadas. Todos são necessários, para que todos estejam igualmente representados.

Com esse objetivo em mente, apresentámos há um ano o Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade. Este Plano, articulado com as estratégias nacionais e internacionais nesta matéria, orientará a nossa ação até 2021 com um conjunto de medidas concretas.

Aproveito o momento para agradecer à Equipa Interdepartamental para a Igualdade do Ministério da Defesa Nacional, que tem sido e permanecerá o núcleo fundamental no avanço destas matérias, e também à Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, como quem se trabalhou em estreita ligação.

É importante reconhecer o esforço e o empenhamento de todos na implementação do Plano Setorial da Defesa para a Igualdade, e importa continuar a aprofundá-lo. Espero que muito em breve o Conselho de Chefes possa aprovar os termos de referência dos Assessores de Género nos ramos, para que sejam nomeados os titulares. Este passo é essencial para a densificação das políticas neste âmbito.

Sentimos que se avança diariamente. Nunca com a velocidade que gostaríamos, mas com passos determinados. Em breve teremos mais uma adida militar, desta vez na Turquia, e teremos também a breve trecho mais oficiais femininas a frequentar o curso de promoção a oficial general.

Em algumas matérias a Defesa Nacional tem sido pioneira da igualdade em Portugal, assegurando igualdade salarial, igualdade de direitos e obrigações, igualdade de representação e de oportunidades. Mas é fundamental continuarmos a combater as barreiras invisíveis, profundamente enraizadas em toda a nossa sociedade, e por isso também nas Forças Armadas, que continuam a impedir uma jovem mulher de imaginar que pode ter uma carreira de sucesso como militar, incluindo no desempenho de funções operacionais nas armas combatentes, ou de ser uma general de 4 estrelas, ou uma CEMGFA, como aliás já acontece hoje na Eslovénia, ou que possa ser o que ela bem entender e for capaz de alcançar. Queremos uma Defesa claramente pioneira da igualdade também para as novas gerações.

Nesse sentido, um dos compromissos que assumimos foi o da criação do Gabinete da Igualdade da Defesa Nacional, que hoje aqui foi apresentado pela sua coordenadora. É com enorme satisfação que concluímos este passo importante, e também ele pioneiro, de ter uma equipa em permanência dedicada às questões da igualdade na Defesa Nacional, na dependência direta do titular do cargo político. A nossa expectativa é que esta pequena equipa, que contará com o apoio e a experiência inestimável da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, possa alavancar o trabalho neste setor, e que possa articular-se de forma próxima com todos os intervenientes da Defesa para encontrar as melhores soluções, identificar as melhores práticas e desenhar as melhores políticas nesta matéria. Estou certo de que a Tenente-coronel Diana Morais, cujo trabalho nesta área é sobejamente reconhecido, poderá contar com a colaboração empenhada de todos para tornar a Igualdade uma matéria cimeira da nossa ação na Defesa Nacional.

Outro passo nesse caminho pioneiro é a promoção de políticas públicas assentes num conhecimento cada vez mais detalhado e atualizado. Em matéria de igualdade entre homens e mulheres, sabemos que, em 2015, as mulheres representavam 19% da Defesa Nacional, e que no âmbito das Forças Armadas tínhamos 11% de militares femininas. Hoje, em 2020, temos 20% de mulheres em toda a Defesa Nacional, e nas Forças Armadas o número subiu para 12%.

É uma melhoria que é ligeira, mas podemos ter razões de satisfação se este progresso for sustentado. Para isso é importante sabermos também em que classes, armas, serviços ou especialidades as mulheres se encontram, se estão hoje em posições de comando, direção ou chefia, e principalmente sabermos quais as suas motivações para entrar na Defesa e o que as leva a abandoná-la quando isso acontece. Por isso, é com expectativa que aguardo o estudo previsto no Plano para a Igualdade relativo à situação das mulheres nas Forças Armadas, que deverá estar pronto até junho deste ano. Este estudo será uma ferramenta da maior importância na preparação das próximas medidas que venham a ser adotadas.

Verificamos já hoje que há um esforço muito claro em todos os ramos das Forças Armadas no sentido de uma comunicação mais inclusiva, que apele a um público mais vasto, incluindo as mulheres. Esforços adicionais serão necessários para garantir também melhor capacidade de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Ou ainda para garantir a presença de mais mulheres nas nossas Forças Nacionais Destacadas. A cada dia, um passo mais.

Mas o pioneirismo da Defesa Nacional em matéria de Igualdade entre homens e mulheres deverá ir também ao encontro das questões culturais subjacentes às desigualdades que ainda subsistem na nossa sociedade. Somos um reflexo da sociedade que temos, mas podemos e devemos continuar a contribuir para a sociedade que queremos ser. E, neste aspeto, a dimensão simbólica é da maior importância.

Não deixará ninguém indiferente o facto de termos hoje, por exemplo, a primeira mulher diretora do Instituto da Defesa Nacional. Como será certamente notada a presença cada vez mais qualificada de mulheres na assessoria do Gabinete do Ministro, a sua presença como Secretárias de Estado, ou como juristas, engenheiras ou especialistas. O contributo das mulheres para a Defesa Nacional é transversal, plenamente articulado com os homens, e isso é uma realidade de que muito nos orgulhamos.

Foi para premiar as iniciativas que mais impulsionam a Igualdade na Defesa Nacional que foi instituído o Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade, cujas candidaturas estão a decorrer até final deste mês. Hoje tivemos já muitos e bons exemplos de ações que nos merecem o nosso reconhecimento.

Bem sei que muitas mulheres das Forças Armadas sentem algum desconforto em assumir protagonismo pelas questões da igualdade. É natural que assim seja, porque individualmente cada uma considera que é mais uma militar, a dar o seu contributo e a corresponder ao seu dever, lado a lado com os camaradas homens. Mas quero agradecer pessoalmente a todas aquelas que se têm disponibilizado para dar o seu testemunho, como foi o caso hoje da Capitã Fátima Costa, da Primeiro-sargento Carla Marques e da Primeiro-marinheiro Andrea Sebastião. A vossa presença neste evento cumpre a importante missão de mostrar a todas as raparigas e mulheres portuguesas, que há lugar para elas na Defesa Nacional. Pretende contribuir para desconstruir uma

imagem tradicionalmente masculina que durante muitos anos foi a única que a Defesa Nacional e as Forças Armadas refletiram. A todas o nosso muito obrigado. A vossa disponibilidade ajuda a apresentar a Defesa Nacional e as Forças Armadas em toda a sua diversidade.

O mote para o evento deste ano vai precisamente ao encontro desse compromisso com uma maior visibilidade das “Mulheres da Defesa Nacional”. Queremos celebrar e valorizar a normalização da presença das mulheres, seja nas áreas de apoio onde normalmente se destacam mais, como a medicina ou a administração, seja também nas áreas onde começam a estar mais presentes, como as que estão diretamente relacionadas com a atividade operacional.

Queremos celebrar também o empenho em ter mais mulheres a liderar e a progredir na sua carreira. Ao fim de quase 30 anos de mulheres nas Forças Armadas, é natural que mais mulheres ocupem postos mais elevados e que possam ser consideradas para posições de comando, direção ou chefia. A visibilidade destas mulheres tem um impacto fundamental nas questões do recrutamento e tem um impacto na forma como a sociedade vê e entende as mulheres nas Forças Armadas.

Este diálogo e conhecimento mútuo entre as Forças Armadas e a sociedade portuguesa permanece essencial para muitos dos nossos desafios. Foi com muita satisfação que vi a participação nesta conversa de hoje deste conjunto de mulheres civis notáveis, que conhecem bem as questões da igualdade na Defesa Nacional. Estes são os diálogos que

queremos continuar a promover, criando mais e melhor conhecimento mútuo. Será também certamente essa a matriz sobre a qual o futuro Seminário da Igualdade será desenvolvido, no decorrer deste ano. Não poderia deixar de referir que em 2020 assinalamos o vigésimo aniversário da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre “Paz, Mulheres e Segurança”. Esta resolução histórica representa o culminar de uma agenda de mobilização política em torno da integração das mulheres na construção da paz e de ter em particular atenção a forma como a violência as afeta. Esta efeméride será assinalada em junho deste ano com uma conferência de alto nível organizada pelo Instituto da Defesa Nacional, onde iremos fazer o diagnóstico do nosso compromisso com a implementação desta agenda e as melhores práticas neste âmbito.

A Agenda Paz, Mulheres e Segurança inclui um compromisso de termos mais mulheres nas missões de paz das organizações internacionais que Portugal integra, por se entender que a diversidade que elas trazem melhora a capacidade de desempenhar plenamente a missão. Está claramente comprovado que a presença de mulheres, por exemplo, nos processos de paz, se traduz em paz mais duradoira.¹ Por outro lado, a complexidade dos contextos culturais em que atuamos militarmente exige uma atenção particular a diferenças culturais, que as mulheres ajudam a garantir.

¹ <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03050629.2018.1492386>

Num momento em que a participação portuguesa em missões de paz internacionais se assume como um contributo inestimável da nossa política externa, e quando queremos liderar na integração dos membros da CPLP em missões internacionais, não podemos deixar de ter em plena consideração estes compromissos com a igualdade.

Minhas senhoras e meus senhores,

Estamos cientes de que muito resta por fazer em matéria de igualdade entre homens e mulheres na Defesa Nacional e que os ganhos atuais correm sempre o risco de serem revertidos. Também por esses motivos, é da maior importância celebrar as vitórias alcançadas e reiterar a cada oportunidade o nosso compromisso na Defesa Nacional para continuar a apontar caminhos de progresso à sociedade portuguesa. Contamos com todos para continuar a fazer da Defesa Nacional uma área pioneira em matéria de igualdade entre homens e mulheres.

Muito obrigado pela vossa presença!